



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13014 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

**MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

Erika Marinho Witeze - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Régis Henrique dos Reis Silva - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

**MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

**Resumo:** Neste trabalho propomos um exame dos pressupostos e mecanismos que orientam a avaliação das políticas educacionais direcionadas às pessoas com deficiência no Brasil, entre 1990 e 2022. A partir de estudo bibliográfico/documental e da realização de entrevistas junto a integrantes do Ministério da Educação (MEC) e órgãos vinculados, pretendemos verificar como as ações implementadas na área vem sendo monitoradas pela esfera federal e quais concepções de qualidade balizam esta análise. Fundamentados no materialismo histórico e dialético, optamos pela interpretação dos dados coletados em sua interface com os núcleos de significação. Os resultados parciais da pesquisa indicam a prevalência de uma proposta gerencialista e mercadológica de aferição de resultados, pautada nos princípios da nova gestão pública. Como contraponto, sinalizamos as contribuições dos modelos de avaliação formativa, de cunho contra regulatório, ancorados em padrões de qualidade socialmente referenciados.

**Palavras-chave:** Avaliação de políticas públicas; Políticas educacionais; Educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

## Introdução

Nesta pesquisa propomos uma análise dos dispositivos que orientam a avaliação das políticas educacionais inclusivas direcionadas às pessoas com deficiência no Brasil, entre 1990 e 2022. Buscamos examinar quais parâmetros, ferramentas e indicadores são mobilizados(as) pelo Estado no monitoramento da modalidade. Nossa hipótese inicial indica a prevalência de uma concepção gerencialista e mercadológica de aferição de resultados

(FARIA, 2005; FREITAS, 2014), em conformidade com as orientações encaminhadas pelas agências multilaterais (PEREIRA; PLETSCHE, 2021; SOUZA; PLETSCHE, 2017) e com a plataforma econômica/política neoliberal (BIANCHETTI, 2005; DARDOT; LAVAL, 2016; HARVEY, 2014).

Assumindo como referencial teórico o materialismo histórico e dialético (FRIGOTTO, 1991; SANFELICE, 2008), o projeto apresenta como objetivos específicos: 1) identificar que concepções de qualidade têm orientado a avaliação da educação especial inclusiva no Brasil, apontando seus indicadores, sua materialidade e efetividade, numa perspectiva histórico-crítica (SAVIANI, 2013); 2) problematizar o conceito de qualidade da educação no contexto neoliberal, assumindo como premissa a legislação específica disseminada no âmbito federal, os acordos internacionais firmados com agências multilaterais e as demandas da sociedade civil organizada; 3) estabelecer um diálogo efetivo com as propostas democráticas/participativas, formativas (BAUER; SOUSA, 2015) e contra regulatórias de avaliação (FREITAS et al., 2004) de políticas focalizadas, com vistas à sua materialização enquanto direito fundamental.

Um dos desdobramentos de nossa investigação envolve, justamente, o exame crítico de como a educação especial inclusiva se insere na atual conjuntura, evidenciando as tensões e contradições presentes em seu processo de institucionalização como política pública. Daí o interesse pelos(as) principais planos, programas e ações implementados(as) pelo Executivo Federal nas três últimas décadas e pela atuação dos órgãos envolvidos em sua execução. Acreditamos que tais questões poderão ser, devidamente, sistematizadas e equacionadas durante a execução do projeto de pesquisa.

## **Metodologia**

A pesquisa de natureza quali/quantitativa, exploratória e analítica (GIL, 2010; LÜDKE; ANDRÉ, 1986) propõe, inicialmente, uma revisão bibliográfica e documental. O segundo momento, por sua vez, consistirá na realização de entrevistas semiestruturadas, abarcando questões abertas e fechadas. Indicamos como possíveis participantes da etapa membro(s) de equipe do MEC e/ou órgãos parceiros, responsáveis pela execução e pelo controle/monitoramento das ações empreendidas no campo da educação especial inclusiva. Nessa perspectiva, optamos pela análise dos dados em sua interface com os núcleos de significação (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015).

## **Resultados parciais**

A etapa de análise bibliográfica e documental encontra-se em fase de execução. Propomo-nos a explorar, de forma simultânea: a legislação no campo das políticas de inclusão de alunos com deficiência no Brasil; as orientações sobre o tema veiculadas pelas agências multilaterais englobando acordos, pactos, declarações e tratados internacionais; e as diretrizes relativas à avaliação de resultados de políticas educacionais a partir da década de 1990, utilizando para isso as bases de dados quali/quantitativos ensejadas pelo governo federal, além de dados estatísticos formulados por autarquias, fundações e entidades a ele associados.

Os dados analisados até o presente momento indicam: 1) a descontinuidade e a imprecisão na avaliação das políticas educacionais destinadas ao público-alvo da educação especial entre 1990 e 2022; 2) lacunas na produção e problematização de indicadores de resultados/impactos da modalidade, sobretudo no âmbito federal; 3) inconsistências na

pactuação de critérios/padrões de qualidade para a educação especial, desvelando a tensão entre o utilitarismo econômico insuflado pelos testes de alto impacto; e os princípios democráticos, inclusivos e participativos defendidos pelos novos modelos de governança pública, pela Constituição Federal e pela legislação específica (BRASIL, 2008; BRASIL, 2015).

### **Considerações finais**

As informações obtidas por meio da análise bibliográfica/documental, reiteram nossa hipótese inicial. Observamos, em linhas gerais, a prevalência de uma lógica mercadológica de aferição de resultados no campo das políticas educacionais focalizadas. A avaliação destas, a partir da década de 1990, segue atrelada aos preceitos que orientaram a reforma do Estado brasileiro, a saber: táticas de regulação, pautadas em parâmetros de eficiência, eficácia, efetividade e “qualidade” do ensino, similares aos veiculados pela iniciativa privada; utilização de critérios puramente econômicos e instrumentais, sob um viés tecnicista e gerencialista.

Tal processo encaminha-se de forma a intensificar o papel da categoria avaliação como eixo norteador das políticas neoliberais em curso, em acordo com a agenda dos reformadores empresariais da educação (FREITAS, 2014). Contudo, demarcamos a presença de estratégias de resistência à abordagem hegemônica na esfera estatal, o que sugere o embate entre diferentes concepções de gestão, avaliação, qualidade, inclusão e formação humana no contexto brasileiro. Esperamos obter informações mais consistentes durante nossa coleta de dados em campo, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2023.

### **Referências**

- AGUIAR, W. M. J. de; SOARES, J. R.; MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, p. 56–75, 2015.
- BAUER, A.; SOUSA, S. Z. Indicadores para avaliação de programas educacionais: desafios metodológicos. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, p. 259–284, 2015.
- BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em: 25 mar. 2023
- BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015** – institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 20 fev. 2023.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FARIA, C. A. P. de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de**

**Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 97–110, 2005.

FREITAS, L. C. de et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. de F. (Orgs.). **Escola viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004. p. 61-88.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 1085–1114, 2014.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991, p. 69-90.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PEREIRA, J. M. M.; PLETSCHE, M. D. A agenda educacional do Banco Mundial para pessoas com deficiência e o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 23, 2021.

SANFELICE, J. L. Dialética e pesquisa em educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SOUZA, F. F. de; PLETSCHE, M. D. A relação entre as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de educação inclusiva no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, p. 831–853, 2017.